

O mercado do EAD superior no Brasil: prática educucomunicativa e os efeitos sociais na formação da cidadania democrática

The higher EAD market in Brazil: educucommunicative practice and the social effects in the formation of democratic citizenship

El mayor mercado de EAD en Brasil: práctica educucomunicativa y los efectos sociales en la formación de ciudadanía democrática

Recebido: 17/01/2020 | Revisado: 28/01/2020 | Aceito: 21/03/2020 | Publicado: 24/03/2020

Fabiano Dutra Seeger

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4759-9239>

Universidade Franciscana, Brasil

E-mail: fabianodutra.mestrado@gmail.com

Taís Steffenello Ghisleni

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5405-9492>

Universidade Franciscana, Brasil

E-mail: taisghisleni@yahoo.com.br

Resumo

Diante do expressivo crescimento da Educação a distância (EAD) na última década no Brasil, o presente trabalho visa investigar alguns fragmentos acerca da problemática social da educação superior no país mediante um estudo sobre o contexto social e sobre a propagação desta modalidade de ensino, caracterizada como uma aplicação da educomunicação. A partir desta temática, pretende-se promover a seguinte questão: quais os possíveis efeitos sociais gerados pela propagação do EAD como prática educucomunicativa no processo de formação de uma cidadania democrática? Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica publicadas por meio escrito e eletrônico. Entre os meses de agosto e dezembro de 2019, nas pesquisas eletrônicas, foram acessadas as bases de dados do Google Acadêmico, Google tradicional, Scielo e Lilacs, visando coletar informações e conhecimentos prévios sobre diversas posições a respeito do problema investigado.

Palavras-chave: Educação. Ensino Superior a Distância. Educomunicação. Cidadania Democrática.

Abstract

In view of the expressive growth of Distance Education (EAD) in the last decade in Brazil, the present work aims to investigate some fragments about the social problem of higher education in the country through a study on the social context and on the propagation of this teaching modality, characterized as an application of educommunication. Based on this theme, we intend to promote the following question: what are the possible social effects generated by the spread of EAD as an educommunicative practice in the process of forming a democratic citizenship? For this purpose, a bibliographic research published by written and electronic means was carried out. Between the months of August and December 2019, in the electronic searches, the databases of Google Scholar, traditional Google, Scielo and Lilacs were accessed, aiming to collect information and previous knowledge about different positions regarding the investigated problem.

Keywords: Education. Higher Distance Education. Educommunication. Democratic Citizenship.

Resumen

En vista del crecimiento expresivo de la Educación a Distancia (EAD) en la última década en Brasil, el presente trabajo tiene como objetivo investigar algunos fragmentos sobre el problema social de la educación superior en el país a través de un estudio sobre el contexto social y sobre la propagación de esta modalidad de enseñanza, caracterizada como una aplicación de educomunicación. En base a este tema, tenemos la intención de promover la siguiente pregunta: ¿cuáles son los posibles efectos sociales generados por la difusión de EAD como práctica educomunicativa en el proceso de formación de una ciudadanía democrática? Para ello, se realizó una investigación bibliográfica publicada por medios escritos y electrónicos. Entre los meses de agosto y diciembre de 2019, en las búsquedas electrónicas, se accedió a las bases de datos de Google Scholar, Google tradicional, Scielo y Lilacs, con el objetivo de recopilar información y conocimientos previos sobre diferentes posiciones con respecto al problema investigado.

Palabras clave: Educación. Educación Superior a Distancia. Educomunicación Ciudadanía Democrática.

1. A Conjuntura do EAD Superior no Brasil

O ensino superior a distância (EAD) no Brasil teve origem em políticas públicas orientadas à educação no país, isto é, ações propositais do governo com vistas a atender as demandas coletivas ligadas à educação. O marco inicial se deu na década de 1996, com a implementação de tecnologias voltadas à Educação através do ensino a distância como principal medida para ampliar o acesso à educação superior (Castro, 2011; Brasil, 1996).

A instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996) fomentou o desenvolvimento de programas de ensino a distância, em todos os níveis, surgindo assim os primeiros licenciamentos de cursos superiores a distância, embora parecessem ainda muito incipientes. Esta Lei apresentou no Plano Nacional de Educação (PNE) a educação como direito de todos, como fator de desenvolvimento social e econômico do país e como meio de combate à pobreza e de inclusão social. Diante de tais diretrizes, a Educação a distância para o ensino superior visava viabilizar o acesso à instrução superior ao maior número possível dos jovens brasileiros, utilizando as tecnologias como meio de comunicação voltada à Educação. Diante de tais diretrizes desta LDB, verifica-se que a aprovação e regulamentação da EAD no ensino superior objetivavam, já na sua origem, a expansão da oferta de vagas e um significativo aumento no número de alunos matriculados em cursos de graduação do ensino superior, conforme os dados a seguir.

A proposta política do Brasil de propagação do ensino superior a distância parece estar atingindo os propósitos iniciais de suas diretrizes. Segundo dados prestados pelo Ministério da Educação, através do Censo da Educação Superior de 2017, realizado pelo INEP², o número de alunos no EAD, matriculados/ano, tem crescido expressivamente na última década, em termos de alunos matriculados/ano.

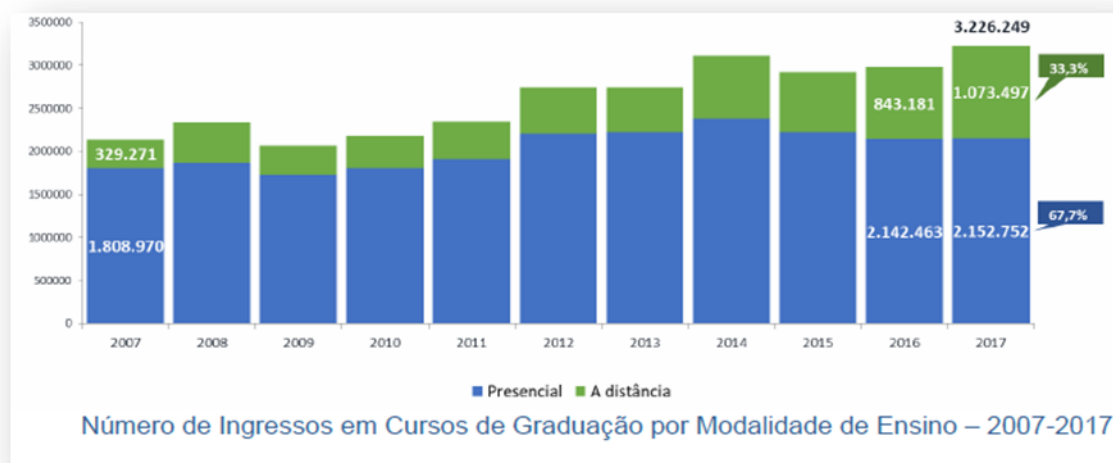
O número de matrículas/ano no ensino superior a distância cresceu **225%** entre 2007 e 2017, contra um crescimento de **18%** no ensino superior presencial, no mesmo período. Em 2007 os alunos matriculados na modalidade EAD eram 15% do total de alunos do ensino superior, enquanto os alunos que cursavam ensino superior na modalidade presencial representavam 85% do total. Esses índices mudaram de maneira considerável nos dez anos

¹Neste trabalho faz-se necessário uma breve distinção entre os termos Educação e ensino. O termo Ensino refere-se à instrução, à transmissão de informação, ao ensinamento realizado, onde o foco subsiste no conteúdo (textos, vídeos, atividades a serem realizadas, etc.), mais relacionado a um processo individualizado. Já sobre o termo Educação, faz-se referência ao modelo político, ideológico e social, de diretrizes e normas que guiam os programas e ações de ensino. Com relação as abreviações adotadas no texto, “o EAD” refere-se ao ensino a distância e “a EAD” faz referência a Educação a distância.

² Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

posteriores. Em 2017, o ensino a distância passou a representar 33% do total de alunos matriculados, ao mesmo tempo em que a modalidade presencial reduziu para 67% do total de matrículas. Em 2017, foram registrados 3,2 milhões de alunos matriculados em instituições de ensino superior, tanto no setor público como no privado. Deste total, 1.073 milhões (33% do total) de alunos matricularam-se no ensino superior na categoria EAD e 2.152 milhões de alunos (67% do total) na modalidade presencial de ensino superior ³ (INEP, 2017).

Figura 1. Número de Ingressos em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa – 2007-2017

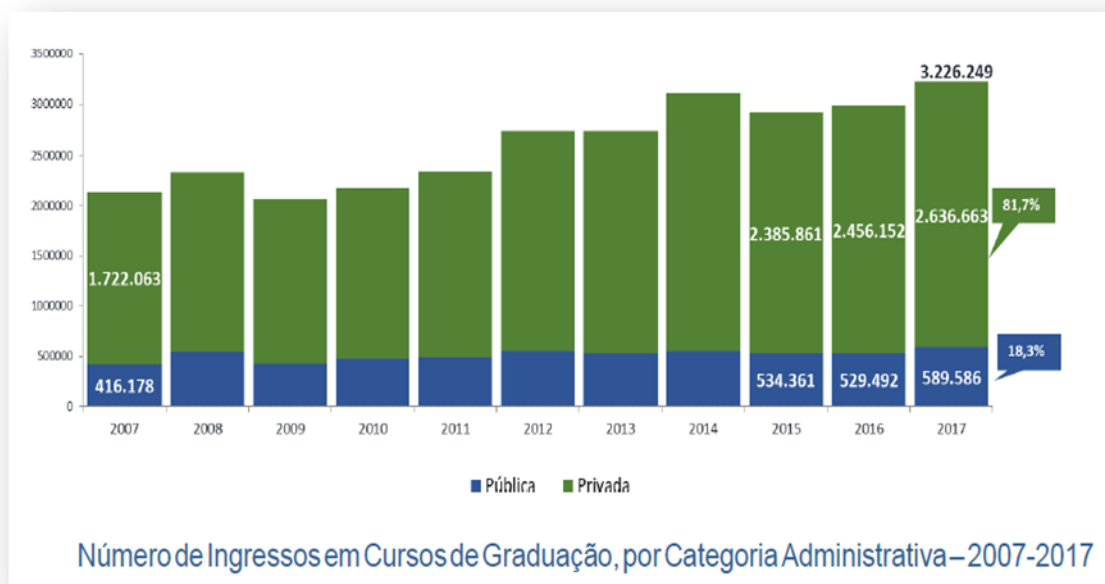


Fonte: Ministério da Educação, INEP. Recuperado de: Censo da Educação Superior - Notas Estatísticas 2017, pg.11.

Ainda, com base no Censo do INEP de 2017, chama a atenção a ampla participação e crescimento da iniciativa privada no cenário do ensino superior. O censo registra que 81% do total de alunos do ensino superior (EAD e presencial) estão em cursos de instituições privadas e apenas 19% de alunos no ensino superior público.

³ Dados extraídos do Censo da Educação Superior 2017 - INEP, disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf

Figura 2. Proporção de Vagas Ocupadas, por Tipo de Forma de Ingresso e por Modalidade de Ensino – 2017



Fonte: Ministério da Educação, INEP. Recuperado de: Censo da Educação Superior - Notas Estatísticas 2017, p.10.

Baseado nessa breve descrição histórica e no contexto atual da educação superior no Brasil percebe-se significativas mudanças no segmento social da Educação. Nota-se que tais mudanças colaboram, de maneira preponderante, para uma alternância na educação superior no país que, em tempos passados, detinha status de Educação estatizada, para uma realidade atual de privatizações (industrialização e comercialização do ensino; tratado como mercadoria⁴). Realidade essa que parece encontrar na propagação da modalidade EAD, de ensino superior, mediante a combinação entre Educação e Comunicação, o principal meio para consolidar essa transição.

Diante desta realidade, justifica-se a importância do presente estudo e desencadeiam-se as questões de interesse deste trabalho. Conforme descrito, algumas ações políticas/econômicas passaram a fomentar a difusão do ensino superior a distância no Brasil. E é nessa delimitação do contexto social que se organiza a questão central deste estudo, sobre os possíveis efeitos sociais gerados pela propagação do EAD, como prática educacional, no processo de formação de uma cidadania democrática.

Visando a discussão sobre a temática proposta, foi realizada uma pesquisa bibliográfica por meio escrito⁵ e eletrônico. Entre os meses de agosto e dezembro de 2019,

⁴ Concepção teórica, melhor apresentada no decorrer deste estudo.

⁵ A seleção dos textos e livros impressos utilizadas neste artigo serão expostas no decorrer deste estudo.

nas pesquisas eletrônicas, foram acessadas as bases de dados do Google Acadêmico, Google tradicional, Scielo e Lilacs⁶, utilizando as seguintes palavras-chave em português: educação, EAD, educomunicação, neoliberalismo, pensamento crítico e sociedade democrática. Foram selecionados vinte e um artigos completos e cinco dissertações, sendo quinze destes descartados, visando coletar informações e conhecimentos prévios sobre diversas posições a respeito do tema proposto, que possibilitou a construção das argumentações relacionadas ao problema investigado, conforme exposto no desenvolvimento subsequente.

2. O EAD e a Educomunicação

A integração entre Educação e Comunicação, enquanto aplicação educacional, tem colaborado como um meio de efetuação da modalidade de ensino EAD. Dessa relação Comunicação/Educação surge um novo campo de conhecimento, a educomunicação. Quando se afirma que o EAD é uma prática educacional, direciona-se uma busca de concepções sobre os objetivos do EAD nos próprios conceitos da educomunicação, relacionando assim, como objetivos similares. Assim, na compreensão teórica da educomunicação, entende-se também os propósitos centrais da idealização do modelo de ensino EAD⁷ (Soares, 2011).

Sobre esse novo campo da comunicação, a educomunicação se caracteriza por ações voltadas para a criação, planejamento e implementação de um conjunto de práticas que unem a comunicação e a educação⁸, que visam o desenvolvimento de ecossistemas comunicativos em espaços educativos (como o ambiente e o contexto que abrange o EAD). A função da educomunicação é potencializar o direito à comunicação de todos os membros envolvidos em comunidades educativas (Soares, 2011). Com base nisso, na educomunicação, Comunicação-Educação estão presentes tanto em situações educativas, quanto em ações comunicacionais, específicas das mídias (meio) (Sartori, 2006). Isso permite dizer que, no EAD, situações educativas são comunicativas e situações comunicativas tornam-se também educacionais.

O conceito de educomunicação, como ecossistema comunicativo, é “usado para designar as teias de relações das pessoas que convivem nos espaços onde esses conjuntos de ações são implantados” (Soares, 2011, p. 37). A Educomunicação se caracteriza por ser uma

⁶ Em: www.google.com.br, <https://scholar.google.com.br/>, <https://scielo.org/> <https://lilacs.bvsalud.org/>.

⁷ No decorrer deste texto, será abordada a influência do sistema socioeconômico na orientação do ensino a superior a distância, promovendo divergências entre os conceitos originais da educomunicação e a prática educacional do EAD.

⁸ A própria metodologia de ensino EAD pode exemplificar a prática educacional.

área que deve viabilizar as ações midiáticas e democráticas (Soares, 2011). A compreensão do lugar da comunicação no interior de um ecossistema complexo, promove, por meio de estratégias multi-inter-transdisciplinares, diálogos e encontros da comunicação com a educação. (Citelli, Soares & Lopes, 2019).

Soares (2011) ainda apresenta como necessário para o desenvolvimento dos ecossistemas comunicativos, em espaços educativos, algumas áreas de intervenção, ou seja, situações que expõe os sujeitos nas interações com a Educação, sendo algumas delas⁹: o potencial criativo e emancipador na comunidade educativa, a mediação tecnológica nos espaços educativos e seus múltiplos usos pela comunidade educativa, a pedagogia da comunicação, a gestão da comunicação nos espaços educativos, a reflexão epistemológica, dedicada ao contexto social do fenômeno constituído pela inter-relação entre comunicação e educação, e como o próprio autor cita “mantendo atenção especial à coerência entre teoria e prática” (Soares, 2011, p. 48) e a educação para a comunicação, que pode auxiliar na explicação do fenômeno da comunicação, na prática educomunicativa do EAD, ter obtido um alcance massivo desta modalidade de ensino.

Bacega (2009) menciona que a fluidez das fronteiras entre os campos do saber tem possibilitado o intercâmbio de conhecimento, uma vez que as presunções teóricas de uma única disciplina já não são capazes de analisar e esgotar o objeto como um todo. Essa tendência é um subsídio para a efetivação do campo da educomunicação. A autora também cita a interação entre as áreas da comunicação e da educação. Assinalando que a constituição dessa interação na educomunicação, consiste em um palco de constantes discussões sobre significados sociais, visando à formação cidadã dos sujeitos envolvidos, que posteriormente, neste trabalho, será associado ao processo de formação do pensamento crítico. Bacega (2009) sustenta que tal campo de saber (Comunicação/Educação), tem como objetivo propor a constituição dos sentidos sociais, como resultado do embate escola-mídia. Contextualizando como um campo multidisciplinar, que sofre influência do sistema político-econômico, além de História, Linguagens e outros saberes que o compõem.

Diante disso, observa-se que a Educomunicação e, conseqüentemente o EAD, sustentam vários saberes em conjunto. A Educação já não mais se concentra em poucos saberes, como de tradição histórica. As interações e influências do referido campo multidisciplinar criam um circuito conceitual que promove o diálogo entre tais saberes, subsistindo influências do campo (sistema) socioeconômico na comunicação. Dito de outra

⁹ Seleccionadas as situações de interesse específico deste estudo.

maneira, a comunicação no formato educacional, na prática da modalidade de ensino EAD, submetem-se às condições socioeconômicas presentes. Distinguindo assim, os objetivos originais da Educomunicação e realidade prática do EAD, que passa a ocupar a função de viabilizar os números visados no projeto político de propagação deste modelo de ensino, assemelhando-se a uma mercadoria, orientado para o sistema econômico vigente. E não mais, necessariamente, como ecossistemas comunicativos, que poderiam contribuir com a emancipação dos sujeitos no processo de construção de uma cidadania democrática. Tema que será discutido nos próximos capítulos deste texto.

3. Contexto Socioeconômico

3.1 O Neoliberalismo e o Mercado da Educação:

Considerando uma das questões iniciais deste estudo, sobre o contexto social que permeia a propagação da modalidade de ensino EAD, mais especificamente sobre as influências do sistema socioeconômico no campo Educação/Comunicação, na prática educacional do EAD, a discussão direciona-se para uma breve contextualização sobre o Neoliberalismo e a possibilidade de realizar uma articulação sobre o mercado e Educação. Buscando assim, elementos que favoreçam uma elaboração preliminar sobre os possíveis efeitos sociais decorrentes da propagação do EAD, como prática educacional, no processo de formação de uma cidadania democrática.

As concepções acerca do desenvolvimento de um mercado da Educação no Brasil, além das considerações iniciais abordadas neste estudo, podem ser compreendidas na associação com o progresso do modelo socioeconômico neoliberal do país. O Neoliberalismo associa-se ao liberalismo clássico, com influências de teorias econômicas neoclássicas, percebido como produto do liberalismo econômico tradicional. O Neoliberalismo pode ser compreendido como um pensamento vigente, uma ideologia, presente no eixo do Estado governamental. No viés político, trata-se de um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defendem a não participação do Estado na economia, incentivando e priorizando a liberdade de comércio, visando o desenvolvimento social através do crescimento econômico do país. O modelo socioeconômico do neoliberalismo difunde intervenção mínima do governo no mercado de trabalho, bem como a política de privatização

de empresas estatais e a livre circulação de capitais internacionais, com ênfase na globalização. (Moraes, 2001).

No Brasil, observa-se de maneira mais clara a influência do pensamento neoliberal nos dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, entre os anos de 1995 e 2003. A corrente neoliberal se fez presente mediante a privatização de várias empresas do Estado. Assim, o Brasil, seguindo o mesmo caminho de outros países no curso da globalização da economia, amplia o contexto social favorável para o consumismo¹⁰ (MORAES, 2001).

O que é característico de uma sociedade neoliberal, consumista, fomentada pela globalização, é que a economia tenha fluidez, que os capitais, serviços e produtos possam fluir em escala, para o maior número de pessoas possíveis, características evidente no pensamento neoliberal, de liberdade econômica, ordenada pelo mercado.

A Educação no Brasil não parece ter seguido um caminho diferente dessa realidade de consumo. As universidades também passaram a responder as tendências neoliberais, de tratar o ensino como um subconjunto da política econômica, conforme cita Slaughter e Leslie (2001, apud Furlan & Goulart, 2018, p. 397):

Seu pressuposto é de que o Estado neoliberal diminui os recursos introduzidos de modo direto nas universidades e faz com que as instituições busquem fontes alternativas de recursos. Essa categoria teórica enfoca a análise de práticas e estruturas universitárias que se aproximam das do mercado e aponta a lógica econômica como norteadora das práticas acadêmicas.

A LDB (1996) também contribui com este cenário na medida em que forneceu maior autonomia para as universidades, como um dos princípios de gestão do ensino superior, permitindo a abertura de cursos sem prévia autorização do governo federal, o que favoreceu significativamente o crescimento do ensino superior privado no país (Furlan & Goulart, 2018). Na última década o referido crescimento das universidades vem encontrando na modalidade EAD, na interface entre Educação e Comunicação, um vasto campo para sua manutenção (conforme se pode constatar nos índices expostos inicialmente).

Observa-se aqui o intenso crescimento da EAD, da propagação do ensino superior a distância na sociedade, concentrando tal avanço na iniciativa privada, o governo delega as ações sobre os problemas culturais, econômicos e sociais que afetam a educação. Assim, parece ocorrer um deslocamento da educação para um eixo estritamente comercial, que tem no mercado do ensino essa materialização.

¹⁰ Após a discussão do contexto socioeconômico do EAD e o mercado da Educação, será exposta uma abordagem teórica sobre a mídia (como meio) e a sociedade de consumo. Esclarecendo pontos sobre o consumismo social e a representação dessa característica no citado mercado da Educação.

Os rumos da educação superior no Brasil, mediante a prática de políticas predominantemente econômicas, demonstram promover um contexto favorável ao significativo crescimento do EAD no país. O avanço deste modelo de ensino coloca em evidência a relação entre Educação e Comunicação, e articula uma interação entre as pessoas com uma nova demanda econômica, do mercado da Educação, mediante o consumo do ensino, ou seja, do ensino como mercadoria (Moraes, 2001).

Abordar o mercado da educação superior e o ensino a distância como mercadoria pode retomar, e trazer a luz, a perspectiva marxista, sobre o modelo econômico proposto em sua época, devido à aparente proximidade com a atual realidade social da Educação exposta neste trabalho. O cenário sócio histórico, que circunscreve o referido contexto da Educação na sociedade brasileira, permite que se remeta aos referenciais teóricos dos modos e relações de produção do capitalismo, conforme proposto por Karl Marx.

Marx propõe que o processo de formação da humanidade estaria estritamente ligado as relações de produção e sociais entre seus integrantes. É a partir de Marx que se constrói uma nova perspectiva humana, associada e originária das interações e atividades dos sujeitos na sociedade. O modelo econômico que rege uma determinada sociedade é objeto de grande valor teórico para Marx. A maneira com que se estabelece este modelo econômico resultaria na determinação das características das relações sociais e dos modos de produção, bem como do próprio modo econômico-social vigente. A relação dos homens com os objetos, com as mercadorias, se estabelece pelo modo econômico vigente (Magalhães, 2009).

Marx retrata o modelo econômico de sua época através do modo capitalista de produção. Neste sistema, o capital seria a fonte de conhecimento, principalmente para o proletariado, uma vez que alienado a lógica implícita, necessitaria de uma análise externa da realidade que está submetido, com vistas a desviar-se da ideologia oriunda da classe dominante. Dito de outra maneira, um modelo econômico predominantemente marcado pela dominação da classe burguesa. Decorrente disso surge o conceito de fetichismo da mercadoria (buscando aqui uma associação com o EAD como produto) como capaz de transformar aspectos subjetivos em objetivos, isto é, coisas reais que as pessoas acreditam ter valor intrínseco. Para Marx, o fetichismo da mercadoria era o exemplo mais universal e simples pelo qual o capitalismo escondia as relações sociais. Marx observa a alienação como uma moeda, que tinha em uma das faces o fetichismo da mercadoria e do outro a reificação das pessoas, trazendo a noção de ideologia como uma ilusão socialmente necessária. (Marx, 1980).

Marx trouxe a ideologia como a falsa consciência, a ilusão necessária no capitalismo, que todos os sujeitos apresentam na medida em que se comportam como mercadorias (objetos) e não como sujeitos diante de objetos; mercadorias que passam, portanto, a comandar os próprios sujeitos. Nessa situação os sujeitos passam a obedecer aos objetos, sem perceber que, na medida em que os obedecem, passam a estar em um mundo onde são elas (as mercadorias) que passam a exercer a capacidade de seres vivos, uma vez em que é justamente a capacidade de agir que distingue o sujeito dos objetos (Marx, 1980).

Em uma de suas passagens teóricas, Marx questiona ser sintomático, que no capitalismo não mais se façam reformas nas calças (mercadorias) que se compram, mas que se tente emagrecer por diversos meios, até mesmo através de mutilação cirúrgica, para que se possa obedecer aquilo que seria a vontade da mercadoria (calças), que se impõe na sociedade, com suas medidas imutáveis. De acordo com Marx, no âmbito da economia política, o fetichismo da mercadoria surge como um fenômeno social e psicológico onde as mercadorias aparentam ter vontade independente de seus produtores, alienando os sujeitos às imposições econômicas do sistema. Alienados de sua condição de reflexão crítica, os sujeitos aderem às imposições de consumo das mercadorias (Marx, 1980).

Talvez aqui possa se realizar uma das associações propostas neste estudo. O ensino a distância passa a se desenvolver de tal maneira que, pela ótica do sistema capitalista, pode ser relacionado com a condição de mercadoria viva. Mercadoria com “vontade própria”, fomentada pelo modelo socioeconômico vigente, que se impõe sobre as pessoas e passa a determinar diversas alterações no âmbito da Educação, nas relações entre sujeitos envolvidos, na relação dos alunos com o ensino, dentre outras. Diante disto, instiga-se pensar se o modelo de educação voltado à estimulação do pensamento crítico, na formação de uma cidadania democrática, cedeu demasiadamente espaço ao modelo preponderantemente voltado ao lucro econômico, gerando ao ensino status de mercadoria, alienando alunos a condição de clientes?

Embora a resposta de tal interrogação demande mais estudos, pensar o EAD como mercadoria permite observar sobre a alienação promovida no eixo social da Educação e as ideologias presentes no sistema socioeconômico em vigor, bem como, os princípios presentes nas políticas governamentais aplicadas a Educação no Brasil. Talvez o ensino EAD, como prática educacional, seja o estágio mais elaborado do ensino como mercadoria, com propósitos bem distintos aos modelos de ensino anteriores e das próprias teorias da Educomunicação. Propondo a reflexão sobre esses novos comandos, os novos contextos, das novas mercadorias, como o EAD. Permitindo buscar a compreensão destes novos arranjos sociais e a repercussão disto nas relações dos sujeitos com as mercadorias, com o pensamento

crítico e, conseqüentemente, as influências no processo de formação de uma cidadania democrática.

Dito isso, a propagação do ensino superior a distância no Brasil parece ter deslocado a Educação de um modelo voltado para as políticas públicas atreladas a demandas sociais (as problemáticas sociais), centrada no desenvolvimento do pensamento crítico do aluno, para um modelo de Educação focado no fomento econômico, voltado para o lucro. Dinâmica incentivada pelo consumo capitalista, estimulada por um novo produto, o ensino, agora vigorando como mercadoria (Furlan & Goulart, 2018).

3.2 Mídia e Sociedade de Consumo

Quando se aborda a mídia como meio, de Educação, pode-se afirmar que, na essência, as teorias da comunicação podem ser o recurso atual que mais tem a contribuir para o desenvolvimento da Educação no cenário social do país (Citelli., Soares, & Lopes, 2019). A íntima relação entre mídia e consumo resume-se na afirmação que consumimos a mídia e consumimos pela mídia. O consumo torna-se uma forma de mediação Silverstone (2002).

Conforme exposto anteriormente sobre os números da Educação e a maneira com que se propaga o EAD, percebe-se que o modelo socioeconômico impõe suas demandas e acaba modulando a Educação e todo seu atual aparato tecnológico como mercadoria. Ao que se percebe, empacotando os recursos tecnológicos e o conhecimento em embalagens expostas em prateleiras virtuais.

Esse modelo de Educação, incentivado pelo consumo capitalista, estimula o EAD a vigorar como mercadoria na atual sociedade de consumo. O EAD como prática educacional promove a aliança entre Educação e Comunicação. De acordo com citações iniciais, o modelo político-econômico fomenta de maneira significativa o consumo do EAD como um produto. Sendo o EAD uma modalidade de ensino que se utiliza da mídia (recursos tecnológicos), como meio, para proceder as práticas educacionais, remete a discussão a outra inter-relação, da mídia com a referida sociedade de consumo.

Se de fato vive-se numa sociedade nova, orientada pelo consumo exagerado de mercadorias, as interações socioculturais se transformam e a mídia o adquire um papel importante frente às questões suscitadas. Principalmente diante da utilização dos recursos de mídia no meio educacional, nas práticas educacionais. Os meios técnicos de comunicação, as novas tecnologias aplicadas a Educação, através de seus processos e como

instrumentos de diferentes mediações, contribuem para a formação dessa nova sociedade. Uma sociedade que está mais preocupada em se livrar do passado (fazendo referência a Educação tradicional) do que em ter uma novidade nas mãos (em referência ao EAD). (Gomes, 2004).

Para consumir Educação, não é mais necessário que se frequente uma escola, uma universidade, enquanto experiência interacional entre sujeitos, de maneira física. Agora pode-se fazer um download do vídeo da aula, do polígrafo da disciplina, dos E-books disponíveis, digitar conversas no chat virtual, acompanhar todo processo pelo smartphone, etc. A interação com a Educação, mediante o consumo do produto “ensino”, materializa-se com as novas tecnologias, com a mídia enquanto meio, que emana e veicula produtos midiáticos frente aos inúmeros processos os quais os indivíduos não mais controlam, apenas usam, consomem (Sartori, 2006).

Zygmunt Bauman caracteriza a sociedade atual, que descende do capitalismo e do neoliberalismo, como uma sociedade líquida. Onde os processos devem ser leves, líquidos, fluentes, que não gerem obstáculos; tudo precisa se movimentar rapidamente. A noção de tempo e espaço foi alterada. Pode-se estar na sala de aula dentro da própria casa, na frente de um aparelho de TV ou conectado na Internet e assim estar em contato com pessoas e lugares e culturas distantes. O local e o global aproximam-se virtualmente. A adaptação da Educação a um modelo virtual, engajada nesse novo imperativo socioeconômico, viabiliza a propagação do ensino em massa, do consumo da educação. A mídia como meio de educação, na perspectiva em que permite à produção, veiculação e consumo de produtos, tem sua importante parcela de colaboração na produção dessa cultura, consumista (Bauman, 2001).

O antropólogo Néstor Canclini situou os processos comunicacionais em um quadro conceitual amplo que pode surgir de teorias sobre o consumo. Ele discute sobre o que significa, para os supostos produtores e consumidores, consumir é a razão que faz com que o consumo se expanda e se renove incessantemente. O autor procura participar de uma conceitualização global do consumo onde possam ser incluídos os processos de comunicação e recepção. O consumo, na perspectiva de Canclini, não é tomado como atos de compras irrefletidas dos consumidores apenas pelo exercício de gostos e caprichos. O consumo é compreendido por ele como racionalidade econômica (Canclini, 1999).

Considerando uma teoria antropológica complexa entre produtores e consumidores, pode-se observar que o consumo se revela também, como argumenta Canclini (1999) por uma racionalidade sociopolítica interativa. Para o autor, consumir é participar de um cenário de disputas por aquilo que a sociedade produz e pelos modos de usá-los. Ora, retomando

questões preliminares deste estudo, pode-se associar tais teorias sociais sobre mídia e consumo ao contexto social que circunda o expressivo crescimento da EAD no Brasil. Em que as políticas públicas ligadas a Educação fomentam a propagação do ensino superior a distância na sociedade, concentrando tal avanço na iniciativa privada, onde o governo passa a delegar as ações sobre os problemas culturais, econômicos e sociais que afetam a educação, deslocando assim a educação para um eixo estritamente comercial, que tem no mercado e no consumo do ensino essa concretização (Canclini, 1999).

O consumo, além de atender necessidades individuais, também expressa a forma pela qual o indivíduo está integrado à sociedade, o consumo pode mostrar o modo como os homens se relacionam entre si. Assim como contextualiza Bauman, uma característica da atual sociedade de consumo é que: “o consumidor é uma pessoa em movimento e fadada a se mover sempre” (Bauman, 1999, p. 93).

Canclini afirma que o consumo é uma ordenação política e social. É neste jogo de imposição de políticas socioeconômicas que as mercadorias e o consumo ordenam politicamente cada sociedade. “O consumo é um processo em que os desejos se transformam em demandas e em atos socialmente regulados” (Canclini, 1999, p. 83). O consumo não vem atender apenas às necessidades individuais, mas a sim a expansão que o sistema capitalista visa, acima de tudo, o excedente, e isso leva à mercantilização de todas as coisas possíveis. (Canclini, 1999). Podendo incluir-se assim, a discussão proposta acerca da Educação.

A mídia, além de veicular marcas, corpos esbeltos, campanhas publicitárias, etc, apresenta-se também como meio, de interações entre sujeitos, campos e saberes (Sodré, 2002). Observando-se como exemplo, a caracterização do EAD como uma realização da educomunicação e a Educação utilizando-se da mídia com meio para promover uma modalidade de ensino. Enfatizando assim, o papel da mídia, das tecnologias, como meio de comunicação utilizado nas práticas educacionais, nos processos de educação em massa.

É fato que se vive atualmente processos com base na mediação social, alimentada tecnologicamente. Sodré indica que o que está em jogo é a mediação, com espaço próprio e relativamente autônomo em face das formas interativas presentes nas mediações tradicionais. Um paralelo semelhante a transição entre modelos anteriores de Educação e o atual. O atual, impulsionada pelo uso das tecnologias, amparada e incentivada pelos projetos políticos, socioeconômicos (Sodré, 2002).

Portanto, a atual mediação entre os sujeitos e a Educação passa pela mídia, pelas novas tecnologias de informação. O desenvolvimento desses sistemas de comunicação transforma

radicalmente a vida contemporânea, influenciando tanto na construção da sociedade como no pensamento individual dos sujeitos (Sodré, 2002).

Superada a construção teórica contextual deste estudo, onde foi apresentado um percurso desde a conjuntura do EAD no Brasil, da caracterização do EAD como uma prática educacional, até as influências do contexto socioeconômico (capitalismo, neoliberalismo, mídia e sociedade de consumo) que circunscreve o surgimento e a propagação da modalidade de ensino superior EAD, objetiva-se retomar e finalizar o debate sobre o tema central deste artigo. Articulando as questões teóricas contextuais apresentadas no texto com pontos específicos da Educação. Sobre os efeitos sociais decorrentes da propagação do EAD, como prática educacional no processo de formação de uma cidadania democrática.

As transformações e influências do modelo socioeconômico vigente parecem ter desencadeado consequências sociais desfavoráveis a Educação, relacionadas a questão de construir condições propícias a formação de uma cidadania democrática no país. A falta de desenvolvimento de meios sociais que incentivem uma Educação voltada para a formação de uma cidadania democrática produz consideráveis efeitos sociais, desestruturantes, conforme perspectivas teóricas da discussão subsequente deste trabalho.

4. Efeitos Sociais Decorrentes da Expansão do Ensino Superior a Distância - na Formação de uma Cidadania Democrática

Em face do exposto, o ensino a distância superior, como prática educacional apresenta-se na atual sociedade como um produto, um paradigma técnico de ensino, formando soluções que supram as especificidades demandadas pelo mercado. Modelo de ensino voltado para o lucro econômico. Resultante do sistema capitalista vigente, com atuais influências neoliberais. Que tem como consequências o enfraquecimento do processo de formação de cidadão críticos e de uma sociedade democrática.

Em relação a este modelo de ensino, voltado para as demandas econômicas e as e suas implicações na formação de uma cidadania democrática, Martha Nussbaum, filósofa norte-americana, menciona que em seu país ocorre uma falta de incentivo político para a manutenção de disciplinas como: História, Geografia, Sociologia e Filosofia, sob a alegação de que os alunos precisam ter mais aptidões em disciplinas que priorizam o conhecimento técnico, em função da aplicabilidade econômica/social de tais conhecimentos. A autora aponta que esta noção ocorre não apenas em decorrência de problemas econômicos e orçamentários

do país, mas sim, em virtude de posições ideológicas, que carregam em seus princípios as humanidades e as artes como disciplinas supérfluas, socialmente perigosas, pelo incentivo do pensamento crítico que promovem (Nussbaum, 2015). Seguindo, Nussbaum cita que:

Se não insistirmos na importância crucial das humanidades e das artes, elas vão desaparecer gradativamente porque não dão lucro. Elas só fazem o que é muito mais precioso do que isso: criam um mundo no qual vale a pena viver, pessoas (...) com opiniões, (...) e nações que são capazes de superar o medo e a desconfiança em prol de um debate gratificante e sensato (NUSSBAUM, 2015, p. 144).

Nussbaum (2015) faz referência a magnitude das humanidades no processo de construção social do pensamento crítico; referências para a formação de uma cidadania democrática. Salienta que a influência demasiada do sistema econômico na educação poderá ocasionar aos países a produção de gerações de máquinas lucrativas, em detrimento de cidadãos críticos, íntegros, que possam pensar por si próprios. Que na ausência de cidadãos educados corretamente, críticos, nenhuma democracia consegue permanecer estável. Noula (2018) também faz menção a modelo de educação voltada para a cidadania democrática, abordada por Nussbaum, onde cita que:

O objetivo da educação para a cidadania democrática foi desenvolvido sob o título de pensamento crítico. Um número significativo de documentos nacionais e internacionais sobre educação para a cidadania incluía o pensamento crítico como objetivo da educação para a cidadania. (Noula, 2018, p. 866)

O desenvolvimento da EAD nas universidades, mediante a comercialização do ensino superior a distância caracteriza adequadamente esse modelo, de ensino voltado ao lucro, à demanda econômica. Embora a formação de um cidadão crítico não seja um dever exclusivo das universidades, elas representam uma instância de papel fundamental na formação de uma sociedade democrática. Nussbaum defende que as universidades devam desenvolver as formações visando a estimulação das capacidades e vocações críticas dos educandos, capacitando-os a reflexões com seus próprios recursos, para que possam contribuir com a democracia. Uma de suas preocupações é que a educação não perca o caráter de formação humanista, que essa formação não ceda espaço a um sistema de Educação conduzido exclusivamente pelo lucro. Que a formação de pessoas alienadas as imposições de mercado, ao que gera lucro, não interesse mais que a formação de cidadãos preocupados pela cidadania democrática (Nussbaum, 2015).

A formação através de um ensino adaptado as demandas de mercado, tratado como mercadoria, sugere a constituição de sujeitos alienados, sem visão crítica sobre as imposições do sistema, passivos ao funcionamento da realidade social. Como já exposto anteriormente, a realidade social apresentada por Marx já esclarecia sobre tais ensejos, de pacificação, na sua

época, do proletariado, alienado nos anseios capitalistas, ligados ao consumo de mercadorias, sem caminhos para a formação crítica desveladora de sua condição (Marx, 1980). Condição propícia para a manutenção das ideologias dominantes do sistema social/econômico da época. Em tempos atuais, com traços contemporâneos, a realidade aqui exposta, da Educação tecnológica voltada ao lucro, parece colher nos primórdios do sistema capitalista os meios para sua propagação. Segundo Nussbaum (2015) o atual sistema de educação deseja formar grupos de pessoas que posteriormente funcionem como operários disciplinados e obedientes, sem capacidade de produzir pensamento crítico, destinados a executar exclusivamente tarefas, demandadas pelo mercado, segundo os interesses do capitalismo.

Observando a tendência de defesa das liberdades políticas, no íntimo de um liberalismo social, Nussbaum critica a cultura da competitividade e dos anseios individuais de conquistas (econômicas), uma visão que gera indivíduos gananciosos egocêntricos, incapazes de compreenderem valores éticos geradores da Educação, indispensáveis para a formação de uma sociedade democrática. Segundo a autora, o modelo de ensino voltado para o mercado destoa de um padrão de ensino que desencadeia na construção da democracia. Nussbaum observa que as trajetórias recentes das sociedades tendem a formar pessoas convenientes para o mercado, mas segue em defesa da ideia que a Educação deva sempre carregar consigo valores humanistas, libertários, no sentido de esclarecer os cidadãos e ajudá-los a pensar criticamente (Nussbaum, 2015).

As reflexões de Paulo Freire também contribuem para a discussão sobre a necessidade do modelo de Educação não apenas voltado para o lucro econômico e sim, com características de ensino esclarecedor e libertador. Com a proposta de uma pedagogia crítica-educativa, Freire (1988) discorre que a Educação, através de seus métodos de ensino, deva ter um caráter libertador e não domesticador, capaz de libertar o homem da situação de dominação e opressão que vive, através da emancipação da consciência, incentivando a formação do sujeito crítico, que se insere ativamente na sociedade. Freire reitera que a Pedagogia deve fazer “da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que está pedagogia se fará e refará” (Freire, 1988, p. 34).

Freire conceituava a possibilidade de transformação da Educação, com vistas à formação do ser humano enquanto sujeito consciente, sobre o seu estado de exploração e dominação diante dos seguimentos mais altos da sociedade, características do sistema econômico capitalista (Freire, 2007).

A opressão citada por Paulo Freire assemelha-se com as imposições econômicas demonstradas neste estudo, impostas pelo mercado da Educação, mediante o consumo do ensino como mercadoria. Modelo oposto ao ensino de cunho libertador, de formação humana, que constitui o pensamento crítico, favorável a formação da cidadania democrática. Um modelo de ensino voltado ao lucro econômico promove alienação e “o ser alienado não procura um mundo autêntico. Isto provoca uma nostalgia: deseja outro país e lamenta ter nascido no seu. Tem vergonha da sua realidade” (Freire, 1983, p. 35).

Ainda, sobre consequências da propagação de um modelo de ensino direcionado para o lucro econômico, Martha Nussbaum aponta que a concepção de uma Educação humanista que preconiza importância dos bens, das mercadorias e o atender das imposições do sistema econômico, estaria fadada a formação de seres humanos comandados por interesses utilitários, manipulados, pessoas movidas pela ambição. Neste cenário, segundo Nussbaum (2015) a democracia encontra-se condenada ao fracasso. Isso porque democracia sugere integridade e uma capacidade de perceber os semelhantes como seres humanos dignos de respeito e não como simples objetos, assujeitados ao consumismo de mercadorias. Por essa razão, segue a importância do debate democrático nas universidades como uma forma de superar a perspectiva de que a Educação deve ser direcionada, principalmente, ao serviço do modelo econômico vigente. A afeição pelo sucesso econômico, que guia diversos países na formulação das políticas educacionais, incluindo o Brasil, renuncia as competências indispensáveis à manutenção das democracias. A autora reforça que a Educação deve resistir às tentativas de reduzir o ensino a uma ferramenta mercado, a um modelo direcionado pelo lucro. E sim, que se difunda como um modelo de ensino sem propósitos ligados a fins lucrativos, elementos da educação que mantém a vitalidade da democracia. (Nussbaum, 2015).

5. Considerações Finais

Nos últimos anos no Brasil o ensino superior a distância tem chamado a atenção da sociedade em decorrência de uma significativa propagação, colocando em evidência questões sobre educomunicação relacionadas à Educação no país.

Quando o ensino se propaga através de políticas públicas que adotam um modelo predominantemente voltado para o lucro econômico, direcionado pelas demandas de mercado, transformam o ensino em mercadoria e o aluno em cliente, como meio de obtenção do lucro. Esse contexto não favorece a construção do pensamento crítico dos cidadãos, que foi

identificado neste estudo como essencial para a democracia. O modelo de ensino pesquisado trata-se de um padrão de ensino tecnológico adaptado ao atual sistema econômico do país, na mudança política de descentralização do eixo da educação, fruto de uma política educacional que transfere (riu) a responsabilidade sobre a gestão da educação do Estado para a iniciativa privada, visando o consumo em massa, resultando diversos dilemas aqui destacados.

Esta proposta de Educação, de fato, conduziu o ensino superior no Brasil para uma expansão, se propagando através da prática educacional do sistema EAD. Isso demonstra a grande adaptação mercadológica deste novo produto, tornando bem sucedido os ideais propostos pelo estado e, da mesma maneira, atendendo aos objetivos de lucratividade de seus operadores, as empresas privadas. Porém, tal realidade colabora com o retrocesso da Educação, conforme entendimento de Martha Nussbaum, uma vez que promove o ensino a um modelo adaptado a demandas de curto prazo, tecnicistas, que centra o lucro no eixo ideológico das políticas da Educação e compromete os fundamentos da Educação necessários para a formação de uma cidadania democrática.

Isto posto, persiste a seguinte questão: que efeito social espera-se da educação a distância do ensino superior se não a manutenção das diferenças sociais e a ausência da construção do pensamento crítico dos sujeitos? E ainda, existem possibilidades de contemplar a prática educacional do EAD como um modelo de ensino possível de exercer contribuições para a formação de uma cidadania democrática?

Talvez, o horizonte da Educação no país permita esclarecer tais questões, viabilizando ou não uma aproximação entre resultados econômicos e o desenvolvimento social dos cidadãos, característico de uma cidadania democrática. Por hora, a discussão proposta neste trabalho acerca da problemática da Educação no Brasil, pode representar o simples fato de não se “lavar as mãos em face do opressor”, como cita Paulo Freire. Gerando resistência as imposições de um modelo de ensino voltado para a geração de lucro econômico, contribuindo para a formação do pensamento crítico e reforçando as bases fundamentais para a formação de uma sociedade democrática. Por fim, “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Freire, 2000, p. 67).

Referências Bibliográficas

Baccega, M. (2008). Campo Comunicação/Educação: mediador do processo de recepção. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, 1-11.

Bauman, Z. (2001) *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bauman, Z. (1999). *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Brasil. (2017). *Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2017: Notas Estatísticas*. Acessado em 18 de setembro, 2019, em <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>.

Brasil. (1996) *Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Acessado em 23 de agosto, 2019, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

Canclini, N. G. (1999). *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Castro, J. A. (2011). Política Social no Brasil: uma análise da ampliação do escopo, escala e gasto público. *Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação*, n. 1, jan/jun.

Freire, P. (1988). *Pedagogia do oprimido*. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (2007). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra.

Freire, P. (1983). *Educação e mudança*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (2000). *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP.

Furlan, C.; Goulart. S. (2018). Capitalismo acadêmico e reformas neoliberais no ensino superior brasileiro. *Caderno EBAPE*, v. 16, nº 3, Jul./Set.

Gomes, P. (2004). *Os processos midiáticos como objeto de estudo*. São Leopoldo: Unisinos.

Nussbaum, M. (2015). *Sem fins lucrativos. Por que a democracia precisa das humanidades*. São Paulo: Martins Fontes.

Magalhães, F. (2009). *10 lições sobre Marx*. Rio de Janeiro: Vozes..

Marx, K. (1980). *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Moraes, R. (2001). *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo: Editora Senac.

Noula, I. (2018). Pensamento Crítico e Desafios na Educação para a Cidadania *Democrática. Educação & Realidad*, v. 43, n. 3, p. 865-886.

Sartori, A, S. (2006). Inter-Relações Entre Comunicação e Educação: A Educomunicação e a Gestão dos Fluxos Comunicacionais na Educação a Distância. *Revista UNIrevista*, vol. 1, n° 3, SC.

Silverstone, R (2002). *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Loyola.

Sodré, M. (2002). *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Rio de Janeiro: Vozes.

Soares, I, O. (2011). *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio*. São Paulo: Paulinas.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Fabiano Dutra Seeger – 50%

Taís Steffenello Ghisleni – 50%